



# Companhia Campolarguense de Energia – Cocel

## Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias

### 2020

#### Relatório da Administração - 2020

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - Cocel submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social e da Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos auditores independentes, dos Conselhos Fiscal e de Administração, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia Campolarguense de Energia – Cocel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o número 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

#### CARTA DO PRESIDENTE

A Cocel passou nos últimos anos por um período de transformação e de grandes desafios. Com a renovação do contrato de concessão em 2015, uma série de novas obrigações foi apresentada à Companhia. Indicadores mais rígidos para a qualidade do fornecimento de energia, para o atendimento aos consumidores e até para a saúde financeira da Companhia foram definidos pela agência reguladora. Em caso de não atendimento aos indicadores, a penalização seria a perda da concessão.

Em nenhum momento foi simples ou fácil, mas graças ao comprometimento de todos os colaboradores a Cocel conseguiu atender todas as exigências e teve a concessão renovada. A Companhia passou a ser membro cativo das premiações da ANEEL, sendo avaliada como uma das melhores concessionárias do país por três anos consecutivos.

Algumas mudanças que há tempos eram planejadas finalmente se concretizaram. A Cocel passou a adquirir energia através de leilões, como as grandes concessionárias fazem – o que possibilitou a redução na tarifa paga pelos consumidores.

Além de todas as obrigações que a Cocel já tinha estabelecidas, o ano de 2020 apresentou novos desafios com a crise causada pela pandemia de COVID-19. Além de zelar pela saúde dos colaboradores e dos consumidores, adotando novas formas de trabalho e equipamentos de proteção, a crise econômica que atingiu o mundo todo também repercutiu nas atividades da Cocel. Houve redução na venda de energia, redução no faturamento e um expressivo aumento na inadimplência dos consumidores. Este período turbulento ainda não acabou e manter a Companhia economicamente saudável e com potencial de investimento é um desafio que vem sendo vencido dia após dia.

A Companhia segue investindo em melhorias na rede de distribuição, visando reduzir ao máximo o número de interrupções e garantir fornecimento de energia com qualidade aos consumidores. Além de buscar sempre estar entre as melhores distribuidoras de energia do país, a Cocel busca contribuir com o desenvolvimento de Campo Largo e com a construção de uma cidade melhor para todos os seus moradores.

Cordialmente,

José Arlindo Lemos Chemin

Diretor Presidente



## A EMPRESA

**Missão:** Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

**Visão:** Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade.

**Política da Qualidade:** Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações. (ISO 9.001/ 10.002)

**Organização e Gestão:** A Companhia Campolarguense de Energia - Cotel, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social. É regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 2015, a Cotel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica por 30 anos, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, prevendo indicadores de eficiência observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados a partir de 1º de janeiro de 2016. O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 50 milhões, representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal. A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2020	2019
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

## AUDITORIA EXTERNA

A Cotel tem como contratada a empresa Taticca Auditores Independentes S/S - EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

## ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**Abrangência da área de concessão:** A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 133.865 habitantes (conforme estimativa do IBGE 2020) e área de 1.244 km<sup>2</sup>.

**Atendimento aos consumidores:** A pandemia da COVID-19 impôs uma série de desafios à equipe de atendimento aos consumidores, que trabalhou intensamente para garantir que todos recebessem atendimento com agilidade, qualidade e segurança. Mesmo tendo autorização da ANEEL, a Companhia optou por não interromper o atendimento presencial. Foram instaladas barreiras acrílicas de proteção, passou a ser realizada a aferição de temperatura, disponibilização de álcool gel e rigoroso controle de entrada – evitando aglomerações e protegendo clientes e colaboradores.

Mas são os canais de atendimento alternativos o grande destaque de 2020. A Companhia revisou todos os procedimentos com o objetivo de possibilitar que qualquer demanda dos consumidores pudesse ser atendida e resolvida sem necessidade de comparecimento à Cotel. Os colaboradores foram remanejados e a Companhia passou a utilizar o aplicativo de mensagens Whatsapp como apoio aos demais canais - telefone, e-mail, aplicativo Cotel Mobile, Agência Virtual e SMS. A divulgação destes canais foi intensificada e uma parcela significativa dos atendimentos foi realizada de forma virtual. Novos investimentos em canais virtuais e autoatendimento estão no planejamento da Companhia para os próximos anos.

Em 2020 foram registrados 294.792 protocolos de atendimento – 2% a mais que no ano anterior. No período foram 64.181 ligações recebidas pelo telefone 0800-7262121 – crescimento de 13% em relação ao ano anterior. A Cotel disponibiliza seis canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;



- Teleatendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (com atendimento personalizado de segunda-feira a sábado das 7h30 às 24h e atendimento emergencial 24h todos os dias através de central automatizada);
- Agência Virtual: disponível no site [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br);
- Aplicativo Cocel MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: [atendimento@cocel.com.br](mailto:atendimento@cocel.com.br) – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.

Os processos são padronizados e o treinamento da equipe é contínuo, proporcionando mais agilidade no atendimento, minimizando o risco de erros e garantindo isonomia no tratamento a todos os consumidores.

**Agentes arrecadadores:** A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a Cocel conta com 25 agentes arrecadadores conveniados e contratados como lotéricas, e outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

**Ouvidoria:** A Ouvidoria tem o objetivo de buscar a satisfação dos consumidores, fiscalizar o cumprimento da regulamentação vigente e ainda ser um canal de comunicação entre a concessionária e a ANEEL. Dá aos consumidores a oportunidade de receberem uma segunda análise, contribuindo com a melhoria dos processos.

Em 2020 a Ouvidoria tratou 54 manifestações de consumidores, entre solicitações de informações, denúncias, elogios, sugestões e reclamações. A Ouvidoria é parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade – tem seus processos padronizados e auditados conforme Sistema ISO 9001:2015 e suas atividades são regulamentadas pela Resolução ANEEL 470/2011.

#### ASPECTOS OPERACIONAIS

**Número de Consumidores:** O ano de 2020 encerrou com o total de 53.801 unidades consumidoras - foram realizadas 2.314 novas ligações. O número de unidades consumidoras cresceu 4,5% em relação ao ano anterior. Destaque para a classe de consumo residencial, que representa 88,9% do número total de consumidores.

Classe de consumo	2020	2019	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	47.821	45.708	4,6	88,9
Industrial	383	391	(2,1)	0,7
Comercial	3.457	3.359	2,9	6,4
Rural	1.763	1.750	0,7	3,3
Poder Público	310	210	47,6	0,6
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	63	65	-	0,1
Consumo Próprio	3	3	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>53.801</b>	<b>51.487</b>	<b>4,5%</b>	<b>100,0</b>

#### Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica – faturada (R\$):

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um decréscimo de -5,8%, passando de R\$ 151.340.401,86 em 2019 para R\$ 142.490.809,39 em 2020.

Classe	2020	2019	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	71.841	73.385	(2,1)	50,4
Industrial	27.530	28.927	(4,8)	19,3
Comercial	27.528	32.351	(14,9)	19,3
Rural	3.917	3.798	3,1	2,8
Poder Público	2.177	2.728	(20,2)	1,5
Iluminação Pública	5.706	6.140	(7,1)	4,0
Serviço Público	3.792	4.011	(5,5)	2,7
<b>TOTAL</b>	<b>142.491</b>	<b>151.340</b>	<b>(5,8)</b>	<b>100,0</b>

**Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres (R\$ mil):**

Consumidores	2020	2019	Variação (%)
Industrial	16.457	13.056	26,1
Comercial	7.652	6.546	16,9
Cobrança ICMS Substituição Tributária	9.128	8.242	10,8
<b>TOTAL</b>	<b>33.237</b>	<b>27.844</b>	<b>19,4</b>

**Mercado de Energia Vendida (MWh):**

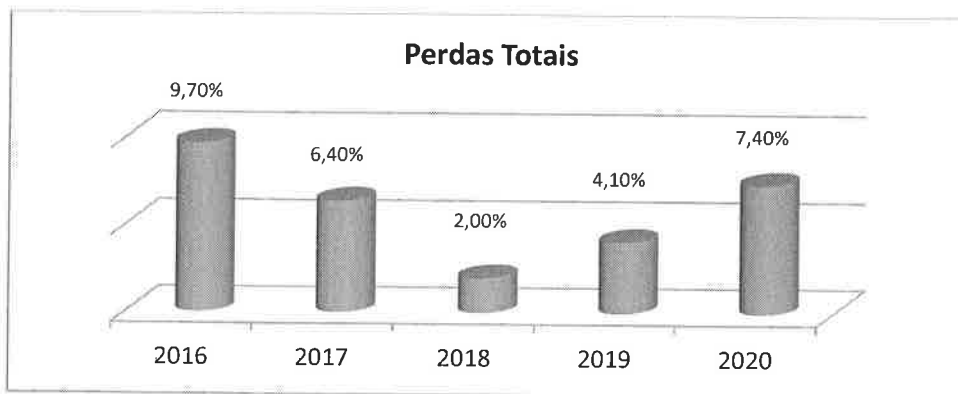
Classe	2020	2019	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	88.375	83.342	6,0	27,6
Industrial	41.917	40.515	3,5	13,1
Comercial	35.832	39.552	(9,4)	11,2
Rural	6.792	6.666	1,9	2,1
Poder Público	2.847	3.302	(13,8)	0,9
Iluminação Pública	12.026	12.022	0	3,7
Serviço Público	6.601	6.391	3,3	2,1
Consumo Próprio	118	123	(4,1)	0,0
<b>Total Consumidores Cativos</b>	<b>194.508</b>	<b>191.913</b>	<b>1,4</b>	<b>-</b>
Industrial – Livres	87.891	93.072	(5,6)	27,4
Comercial – Livres	37.999	32.842	15,7	11,9
<b>Total Consumidores livres</b>	<b>125.890</b>	<b>125.914</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>320.398</b>	<b>317.827</b>	<b>0,8</b>	<b>100,0</b>

O consumo total de energia faturada pela COCEL para atender os consumidores cativos em 2020 totalizou 194.508 MWh - um acréscimo de 1,4%, comparando com a energia faturada no ano de 2019, que totalizou 191.913 MWh.

A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2020 adquirida através de leilão e cotas reguladas pelo agente regulador - ANEEL, apresentou um acréscimo de 6,8%, passando de 202.877 MWh em 2019 para 216.667 MWh em 2020.

A micro geração, energia gerada pelos consumidores, atingiu 589 MWh em 2020, contra 178 MWh em 2019.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e as técnicas, foram de 7,4%.



**Tarifa média:** A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluídos os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em dezembro de 2020, R\$ 489,58/MWh, representando um decréscimo de 4,46% em relação a dezembro de 2019.



Tarifa Média em R\$/MWh		
Classe	Dez/2020	Dez/2019
Residencial	541,39	570,41
Industrial	436,33	457,21
Comercial	509,64	533,11
Rural	444,14	454,66
Poder Público	514,47	536,53
Iluminação Pública	313,41	324,41
Serviço Público	382,27	402,69
<b>Tarifa Média</b>	<b>489,58</b>	<b>512,46</b>

**Inadimplência:** Valores a receber de consumidores incluindo outras cobranças além da energia consumida.

Saldos em 31/12/2020							
Classes	A vencer	Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas a mais de 360 dias	Total
Residencial	3.571	2.506	592	105	125	465	7.364
Industrial	2.354	434	78	1	35	196	3.098
Comercial	1.749	445	84	8	14	153	2.453
Rural	154	62	18	1	11	4	250
Poder público	198	15	-	-	-	-	213
Iluminação Pública	555	-	-	-	-	-	555
Serviço Público	399	13	-	-	-	-	412
Industrial – Cons.Livres	-	70	-	-	-	-	70
Comercial - Cons.Livres	-	17	-	-	-	-	17
<b>Soma</b>	<b>8.980</b>	<b>3.562</b>	<b>772</b>	<b>115</b>	<b>185</b>	<b>818</b>	<b>14.432</b>

### Reajuste tarifário anual – 2020

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2706 de 23/06/2020.

As tarifas de aplicação da Cotel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.563, de 25 de junho de 2019, ficaram, em média, reajustadas em 0,58%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores. Sendo -0,50%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 1,16% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

### INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

#### Qualidade Técnica do Fornecimento:

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) Módulo COD, que permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema elétrico, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e do FEC é medido no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2016	2017	2018	2019	2020
DEC – Conjunto CL – valor apurado	8,00	6,19	7,27	6,81	5,62
DEC – Conjunto CL – limite	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
DEC – Conjunto DCL – valor apurado	11,61	12,36	12,30	11,21	9,64

DEC – Conjunto DCL – limite	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
FEC – Conjunto CL – valor apurado	7,35	6,53	5,82	5,82	5,96
FEC – Conjunto CL – limite	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
FEC – Conjunto DCL – valor apurado	9,07	9,09	9,30	9,24	7,11
FEC – Conjunto DCL – limite	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00

O Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998 estipulou no Anexo II condições específicas para a prorrogação das concessões. O contrato estabeleceu metas de eficiência com relação a qualidade do serviço prestado considerando a frequência e a duração média de interrupções do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Os indicadores avaliados são:

- **DECI** (Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora), e
- **FECI** (Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora).

A ANEEL estabeleceu limites máximos destes indicadores para os cinco anos seguintes à assinatura do Contrato:

	DECI					FECI				
	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Metas</b>	11,07	10,95	10,84	10,72	10,60	8,40	8,20	8,00	7,80	7,60
<b>Realizado</b>	8,64	8,54	7,26	7,26	7,49	7,50	7,46	6,69	7,11	6,50

## INVESTIMENTOS

Ao longo de 2020 a Cocal aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos (em R\$ mil)	2020	2019
Obras de distribuição	5.545	4.504
Veículos	1.443	-
Terrenos	-	-
Edificações	-	-
Outros investimentos	163	276
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>7.151</b>	<b>4.780</b>

Origens dos Recursos (em R\$ mil)	2020	2019
Recursos próprios	6.812	4.564
Cientes – Participação financeira	339	216
<b>Total dos Recursos</b>	<b>7.151</b>	<b>4.780</b>

Sistema de distribuição – 12/2020	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	671	145	816
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	782	956	1.738
Postes – unidades	23.312	11.540	34.852
Transformadores – unidades	2.489	2.058	4.547
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	112.553	27.177	139.730

**Tarifa Social da Energia Elétrica:** A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, e pela Resolução Normativa ANEEL 414/2010. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam aos critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

<b>Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Número de residências atendidas	4.522	3.342
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	8,36%	6,48%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	1.446	902
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	2,01%	0,95%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	1.446	902

**Programa Luz Fraterna:** Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores cadastrados na Tarifa Social de Energia Elétrica e que consomem no máximo 120 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

<b>Programa Luz Fraterna</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Número total de residências atendidas	2.163	1.866
Residências atendidas pelo Programa com relação ao total de consumidores	4,00%	3,62%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	414	533
Faturamento do Programa relação ao total da receita do faturamento residencial	0,58%	0,67%
Subsídio recebido do Governo Estadual dos consumidores do Programa (R\$ mil)	414	533

#### **PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE**

Os principais objetivos do Programa de Eficiência Energética são: promover, através da troca de equipamentos, a melhoria da instalação e a redução da demanda e do consumo de energia, a difusão dos conceitos da eficiência energética e da cultura de conservação energética nas instalações das unidades consumidoras beneficiadas e colaborar para o desenvolvimento sustentável.

O projeto "Iluminando o saber com eficiência" foi desenvolvido para promover a efficientização dos estabelecimentos escolares da rede pública municipal de Campo Largo (35 escolas e 01 Centro Esportivo) e inclui o projeto para instalação de geração distribuída através de painéis fotovoltaicos em parte dos estabelecimentos escolares, visando à autossuficiência de energia nestes imóveis.

O projeto de fontes incentivadas será de geração solar fotovoltaica na modalidade geração distribuída e tem como objetivo suprir a necessidade energética dos locais e difundir o uso da tecnologia.

O consumo de energia elétrica com iluminação é representativo da rede pública municipal de Campo Largo devido ao uso de sistemas de iluminação ineficientes. Na fase de diagnóstico do projeto, foi constatado que a maioria das lâmpadas é de tecnologia ultrapassada viabilizando assim a substituição por equipamentos eficientes com tecnologia led.

O público alvo das ações de eficiência energética é a comunidade campo-larguense que utiliza os espaços públicos para o aprendizado e a prática de esportes.

Serão instaladas placas fotovoltaicas nas Escolas Municipais Vereador José Andreassa, Monsenhor Ivo Zanlorenzi, Reino da Loucinha, D. Fina, Augusto Pires de Paula e o centro esportivo Vila Olímpica Antonio Lacerda Braga.

#### **PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D**

No ano de 2020 iniciaram as tratativas para firmar parceria com o Parque Tecnológico de Itaipu – PTI para realização do projeto "Técnicas de *Data Analytics* aplicadas à Otimização da Operação e Manutenção de Transformadores de Potência". Os transformadores de potência são elementos chave na conexão de subestações de energia elétrica com o sistema elétrico de potência, além disso, por se tratar de um dos equipamentos mais caros e críticos das subestações, a gestão destes ativos é de vital importância para manutenção da confiabilidade da operação das subestações. O sistema proposto será capaz de emitir diagnósticos operativos dos transformadores, como: carregamento relativo, fator de aceleração do envelhecimento, *hotspot*, potência aparente, taxa de geração de gases, temperatura para a formação de água livre no óleo, entre outros. Utilizando técnicas de *Data Analytics*, inteligência artificial aplicada na análise dos dados coletados pelo sistema de aquisição e disponibilizados em servidor, o sistema de gestão dos ativos

emitirá saídas relacionadas ao grau de criticidade dos ativos, podendo o usuário registrar procedimentos a adotar para a criticidade apontada pelo sistema, sendo estes procedimentos incrementados ao sistema e utilizados nas inferências posteriores da aprendizagem de máquina.

## **POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária. A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins do cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2020 foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.000.000,00 e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício. Para atender ao seu Programa de Investimentos foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 1.617.683,64 como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital da concessionária.

## **DIMENSÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

**Receita de Energia:** A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 142.521.161,48 em 2020 contra 151.635.678,26 em 2019, representando um decréscimo de 6,01%. Desde abril de 2016 ocorre a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 15 consumidores das classes industrial e comercial que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo à Cotel cobrar somente o valor da disponibilização do sistema de distribuição. Em 2020 foi faturado o montante de R\$ 24.109.170,98 contra o valor de R\$ 19.602.215,58 em 2019. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes consumidores livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2020 foi cobrado o valor de R\$ 9.128.238,04 e em 2019 o valor de R\$ 8.241.628,69, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

**Ativos e Passivos financeiros setoriais:** Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela ANEEL para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 7.405.464,73, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da ANEEL e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentivada (consumidores livres), Subsídio sobre o Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento e do Subsídio Rural de Irrigação e Eletrificação. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como serviços cobráveis nas faturas, compartilhamento de infraestrutura e de prestação de serviços de manutenção da iluminação pública do Município - totalizando R\$ 7.408.062,65 em 2020. Em dezembro de 2014 foram transferidos para o Município todos os ativos referentes ao sistema de iluminação pública, conforme determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, artigo 218. A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

**Receita Operacional Líquida:** O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 111.382.013,40 em 2020, contra R\$ 103.068.826,23 em 2019. Um percentual de 55,2% em 2020 e de 53,0% em 2019 sobre a Receita Operacional Bruta.

**Resultado antes dos Custos Gerenciáveis:** Em 2020 o resultado após os custos com a aquisição de energia elétrica foi obtido o valor de R\$ 38.162.916,06 e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional foi de 34,3%. Em 2019 foi de R\$ 38.196.328,14 e o percentual de 37,1%.

**Custos Gerenciáveis:** Encerrou o exercício de 2020 com o montante de R\$ 36.585.675,61 e a variação de 32,8% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2019 encerrou com o valor de R\$ 33.823.460,32 e variação de 32,8% sobre a ROL e variação de 8,2% (comparando 2020 com 2019).

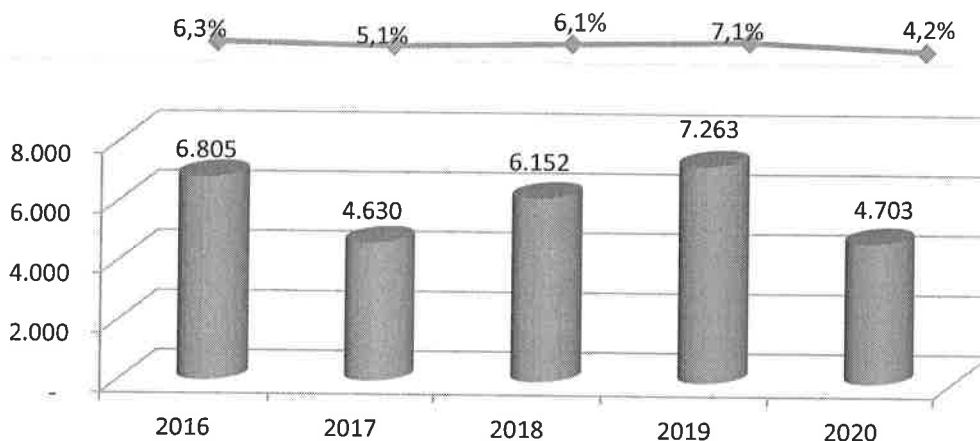




**LAJIDA ou EBITDA:** Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou R\$ 4.702.802,95 e margem de 4,22% em 2020, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2020	2019
Resultado das Atividades	1.577	4.373
Depreciação e Amortização	3.126	2.890
Lajida/Ebitda	4.703	7.263
Receita Operacional Líquida	111.382	103.068
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	4,22%	7,05%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



#### Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2020	2019
Liquidez imediata	Disponível	R\$ 0,14	R\$ 0,16
	Passivo Circulante		
Liquidez corrente	Ativo Circulante	R\$ 1,19	R\$ 1,36
	Passivo Circulante		
Liquidez geral	Ativo Circ. + Realizável L.P.	R\$ 1,25	R\$ 1,44
	Passivo Circ. + Exigível L.P.		
Endividamento Total	Exigibilidades totais	R\$ 0,38	R\$ 0,29
	Ativo Total		
Retorno do Capital	Lucro Líquido	4,49%	7,39%
	Patrimônio Líquido		
Razão Operacional	Despesa Operacional	0,99	0,96
	Receita Líquida		
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente	0,52	0,59
	Ativo Total		
Desp. Pessoal/Rec. Líquida	Despesa Pessoal	15,0%	16,1%
	Receita Líquida		
Energia Comprada/ Rec. Líquida	Custo Energia	65,8%	62,9%
	Receita Líquida		
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$ 7.251.240	R\$ 8.504.249
Lucro Líquido	-	R\$ 2.755.456	R\$ 4.409.563
EBITDA	Resultado da atividade + Depreciação	R\$ 4.702.803	R\$ 7.263.310

#### BALANÇO SOCIAL

	2020	2019
1) Base de Cálculo	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)



## Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Receita Líquida	111.382			103.068		
Lucro Operacional	2.755			4.410		
Folha de Pagamento Bruta	14.998			16.582		
<b>2) Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	1.593	10,62%	1,43%	1.585	9,56%	1,54%
Encargos Sociais sem diretoria	3.986	26,58%	3,58%	3.629	21,89%	3,52%
Previdência privada	59	0,39%	0,05%	49	0,30%	0,05%
Saúde	871	5,81%	0,78%	844	5,09%	0,82%
Segurança e Medicina no Trabalho	160	1,07%	0,14%	309	1,86%	0,30%
Educação	58	0,39%	0,05%	45	0,27%	0,04%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	30	0,20%	0,03%	39	0,24%	0,04%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	621	4,14%	0,56%	963	5,81%	0,93%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total – Indicadores sociais internos	7.378	49,19%	6,62%	7.463	45,01%	7,24%
<b>3) Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	68.935	-	61,89%	78.229	-	75,90%
<b>Total – Indicadores Sociais Externos</b>	<b>76.313</b>	<b>-</b>	<b>68,51%</b>	<b>85.692</b>	<b>-</b>	<b>83,14%</b>

<b>4) Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
	<b>N.º de empregados</b>	<b>N.º de empregados</b>
N.º de empregados ao final do exercício	119	120
Nº de empregados terceirizados	35	40
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	42	53
2º Grau	63	52
1º Grau	14	15
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	8	9
De 30 até 45 anos (inclusive)	60	60
Acima de 45 anos	51	51
Admissões durante o período	0	0
Demissões durante o período	1	2
N.º de mulheres que trabalham na empresa	24	24
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33,3%	33,33%
Estagiários	3	3
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2020			2019		
Relação entre a maior e a menor remuneração	6,0			6,2		
Nº total de acidentes de trabalho	4			2		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva

A Cocel agradece aos seus acionistas, em especial à colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2020.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2020.

**José Arlindo Lemos Chemin**  
Diretor Presidente

**Pedro Luiz Durigan**  
Diretor Econômico/ Financeiro

**Carlos Conrado Krzyzanowski**  
Diretor Técnico

**Nelson Chagas**  
Diretor Administrativo

**Luciano Marcos Klos**  
Contador CRC/PR 027.658/O-8



## Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

<b>ATIVO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Numerário disponível (Nota 5.1)	5.366	2.756
Aplicações no mercado aberto (Nota 5.2)	-	1.046
Consumidores, Concessionários e Permissionários (Nota 5.3)	19.373	16.409
Encargos de Uso da Rede Elétrica (Nota 5.3)	87	638
Serviços em curso (Nota 5.4)	753	98
Tributos compensáveis (Nota 5.5)	270	274
Almoxarifado operacional (Nota 5.6)	1.651	1.818
Despesas pagas antecipadamente (Nota 5.7)	59	87
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	15.781	7.130
Outros ativos circulantes (Nota 5.9)	1.685	2.119
	<b>45.025</b>	<b>32.375</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Tributos compensáveis (Nota 5.10)	370	250
Investimentos temporários (Nota 5.11)	195	195
Depósitos judiciais	75	28
Ativo financeiro indenizável (Nota 5.12)	1.574	1.574
Outros ativos não circulantes	1	1
	<b>2.215</b>	<b>2.048</b>
Intangível em serviço (Nota 5.13)	47.801	45.903
Intangível em curso (Nota 5.13)	4.131	3.188
	<b>51.932</b>	<b>49.091</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>99.172</b>	<b>83.514</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores (Nota 5.16)	10.231	6.701
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	-	852
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 5.18)	2.382	2.636
Tributos (Nota 5.19)	5.835	3.924
Provisão para litígios (Nota 5.20)	98	223
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	3.418	2.418
Encargos setoriais (Nota 5.21)	5.680	5.107
Passivos regulatórios (Nota 5.22)	8.844	755
Outros passivos circulantes (Nota 5.23)	1.285	1.255
	<b>37.773</b>	<b>23.871</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital Social (Nota 5.24)	50.000	50.000
Reservas de Lucros	11.399	9.643
	<b>61.399</b>	<b>59.643</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>99.172</b>	<b>83.514</b>

**Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

	2020	2019
<b>Receita Operacional (Nota 5.28)</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica	142.521	151.635
Disponibilização do Sistema de Distribuição	33.237	27.844
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	4.813	(2.940)
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	7.406	7.034
Outras Receitas	7.408	6.286
Receita de Construção	6.402	4.721
	<b>201.787</b>	<b>194.580</b>
<b>Deduções da Receita Operacional (Nota 5.29)</b>		
ICMS	(55.383)	(55.856)
COFINS / PASEP	(16.187)	(16.578)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(16.690)	(18.626)
TFSEE – Taxa de Fiscalização	(109)	(108)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(1.011)	(922)
Outros encargos	(1.025)	578
	<b>(90.405)</b>	<b>(91.512)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>111.382</b>	<b>103.068</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A” (Nota 5.30)</b>		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(52.745)	(47.403)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(20.474)	(17.469)
	<b>(73.219)</b>	<b>(64.872)</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>38.163</b>	<b>38.196</b>
<b>Custos Gerenciáveis – Parcela “B” (Nota 5.31)</b>		
Pessoal e Administradores	(16.695)	(16.582)
Material	(2.956)	(2.585)
Serviços de Terceiros	(6.406)	(5.528)
Depreciação e Amortização	(3.126)	(2.890)
Custo com Construção	(6.402)	(4.721)
Outras Despesas Operacionais	(1.001)	(1.517)
	<b>(36.586)</b>	<b>(33.823)</b>
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>1.577</b>	<b>4.373</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		
Despesas Financeiras	(1.559)	(2.472)
Receitas Financeiras	3.218	3.528
	<b>1.659</b>	<b>1.056</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro</b>	<b>3.236</b>	<b>5.429</b>
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(860)	(1.556)
<b>Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital</b>	<b>2.376</b>	<b>3.873</b>
Participações nos Lucros	(621)	(963)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	1.000	1.500
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>2.755</b>	<b>4.410</b>
<b>Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$</b>	<b>5,51</b>	<b>8,82</b>

**Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

	2020	2019
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	2.755	4.410
<b>Ajustes de itens sem desembolso de caixa</b>		
Juros sobre financiamentos	76	176
Provisão para contingências	(125)	185
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	31	40
Amortização e baixas do intangível	4.310	4.127
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>7.047</b>	<b>8.938</b>
<b>(Aumento) redução do ativo</b>		
Contas a receber de clientes	(2.994)	692
Encargos de uso da rede elétrica	551	(292)
Serviços pedidos em curso	(655)	1.690
Depósitos judiciais	(47)	81
Ativos regulatórios	(8.651)	2.224
Tributos a recuperar	(115)	79
Estoques	167	(92)
Despesas antecipadas	28	38
Outros	433	140
	<b>(11.283)</b>	<b>4.559</b>
<b>Aumento (redução) no Passivo</b>		
Fornecedores	3.530	(2.145)
Obrigações sociais e trabalhistas	(254)	(216)
Tributos a recolher	1.911	(92)
Encargos setoriais	573	(2.522)
Passivos regulatórios	8.090	(139)
Outros	29	62
	<b>13.879</b>	<b>(5.052)</b>
<b>Fluxo de caixa (consumido) / originado das atividades operacionais</b>	<b>9.643</b>	<b>8.445</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Intangível	(7.151)	(4.547)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(7.151)</b>	<b>(4.547)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Amortização de empréstimos	(928)	(1.218)
Dividendos distribuídos	-	(835)
Aumento de capital	-	-
<b>Fluxo de caixa originado das (aplicados nas) atividades de financiamentos</b>	<b>(928)</b>	<b>(2.053)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.564</b>	<b>1.846</b>
<b>Total de efeitos no caixa</b>		
Saldo inicial de caixa	3.802	1.956
Saldo final de caixa	5.366	3.802
<b>Variação no caixa</b>	<b>1.564</b>	<b>1.846</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Descrição	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimento		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>50.000</b>	<b>3078</b>	<b>3.655</b>	-	<b>56.734</b>
Aumento do Capital Social					
- Com Reservas	-	-	-	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	4.410	4.410
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	220	-	(220)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	2.690	(2.690)	-
JSCP (R\$ 3,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.500)	(1.500)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>50.000</b>	<b>3.298</b>	<b>6.345</b>	-	<b>59.643</b>
Aumento do Capital Social					
- Com Reservas	-	-	-	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	2.755	2.755
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.25)					
- Reserva Legal	-	138	-	(138)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	1.617	(1.617)	-
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.000)	(1.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>50.000</b>	<b>3.436</b>	<b>7.962</b>	-	<b>61.399</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

\*Valores expressos em milhares de reais

**1. Contexto Operacional**

A Companhia Campolarguense de Energia - Cotel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km<sup>2</sup>.

Até maio de 2019 a Cotel era suprida pela Companhia Paranaense de Energia – Copel, após esse período tornou-se agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CEE e atualmente possui seu portfólio de compra de energia composto pelas cotas compulsórias e contrato de aquisição de energia com a empresa Tradener Ltda.

**1.1 - Impactos do COVID-19**

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). A crise mundial de saúde desencadeou ações de governos e entidades do setor privado, que somadas ao potencial da doença aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e alcançaram a capacidade de impactar significativamente as demonstrações financeiras.

No Brasil, foram publicados diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia - com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Inúmeros decretos e leis trataram de recomendações e determinações sobre a circulação de pessoas e sobre o funcionamento das atividades econômicas, além da viabilização de investimentos emergenciais na área da saúde e subsídios.

A Administração avalia de forma constante o impacto da pandemia em todas as áreas da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para minimizar os riscos à saúde de colaboradores, fornecedores e clientes e

também de mitigar os impactos negativos nas operações. Até a data da autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, diversas medidas já haviam sido tomadas.

Já em 16 de março de 2020 foi publicada a primeira Portaria com medidas de enfrentamento da pandemia. Durante todo ano de 2020 o cenário foi seguidamente reavaliado e diversas Portarias estabeleceram regras sobre o funcionamento das atividades da Companhia, medidas de prevenção e enfrentamento da crise. Entre as ações realizadas, destacam-se:

- Revisão de todos os procedimentos relacionados ao atendimento a consumidores com o objetivo de autorizar o atendimento a quaisquer demandas por meio dos canais alternativos de atendimento, sem necessidade de comparecimento ao atendimento presencial;
- Intensificação na divulgação dos canais de atendimento alternativos (teleatendimento, e-mail, aplicativo Cocel Mobile e Agência Virtual);
- Utilização do aplicativo de mensagens Whatsapp como apoio aos demais canais de atendimento;
- Determinação do uso de máscaras de proteção por todos os colaboradores da Companhia durante toda a jornada de trabalho;
- Suspensão de reuniões presenciais, salvo casos de extrema necessidade;
- Limitação do acesso à sede da Companhia, com exceção da área de atendimento aos consumidores e participantes de licitações;
- Suspensão das interrupções de fornecimento de energia por inadimplência e suspensão das exclusões dos cadastros da Tarifa Social de Energia Elétrica, em período determinado pela ANEEL;
- Remanejamento de horários de entrada/ saída e intervalos dos colaboradores com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas em um mesmo horário;
- Implantou do tele trabalho (*home office*);
- Determinação da aferição de temperatura de colaboradores e todos que adentrassem a sede da Companhia;
- Cessão de colaboradores ao Comitê de Prevenção do Coronavírus da Prefeitura Municipal de Campo Largo;
- Devido ao cenário econômico que exigia grande cautela, suspensão da compra de férias dos colaboradores até o final de 2020;
- Mudanças no layout dos móveis e espaços para garantir o distanciamento entre colaboradores;
- Instalação de painéis de proteção em acrílico na recepção, área de atendimento aos consumidores e Ouvidoria;
- Divulgação sobre as medidas de prevenção contra a transmissão do vírus para colaboradores e clientes;
- Intensificação da higienização de ambientes.

A Administração realiza monitoramento constante dos dados listados a seguir:

- Regulamentações municipal, estadual e federal;
- Casos suspeitos e confirmados de contaminação pela COVID-19 entre colaboradores (próprios e terceirizados) e afastamentos;
- Venda de energia x energia contratada;
- Faturamento x inadimplência;
- Solicitações de serviços comerciais e prazos de execução; entre outros.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram as seguintes medidas:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatts-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme



previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.

- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID-19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da “Conta COVID” por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A “Conta COVID” destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à “Conta COVID” e está efetuando o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação.

Em julho de 2020 a Cotel declarou suas necessidades por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo de R\$ 3.797.419, equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução.

## **2. Da Concessão**

A Companhia Campolarguense de Energia - Cotel detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica – Aneel.

A Cotel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL:

<http://www.aneel.gov.br>



<b>Nº do contrato - 027/1998</b>	<b>Origem - Aneel</b>	<b>UF - PR</b>
Vigente até - 07/07/2045		
Concessionária - Cia Campolarguense de Energia - COCEL		
<b>Documentos -</b>		
Contrato de Concessão		
Primeiro Termo Aditivo		
Segundo Termo Aditivo		
Terceiro Termo Aditivo		
Quarto Termo Aditivo		
Quinto Termo Aditivo		

### **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

#### **3.1. Declaração De conformidade**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

#### **3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

#### **3.3. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis societárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

#### **3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração**

##### *Julgamentos*

A preparação das Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Societárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Societárias.



### *Estimativas e premissas*

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### *Amortização do intangível de concessão*

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

### *Ativo financeiro de concessão*

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 5.12.

### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### *Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### *Provisão para perda esperadas*

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração por meio de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular e parcelamentos, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

### **3.5. Normas e Interpretações Novas/Revisadas/Alteradas**

Os principais normativos alterados, emitidos em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis, estão abaixo elencados:

Norma/revisada/alterada	Descrição da alteração/revisão	Início de vigência
IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48: Instr.Financeiros  IFRS 7/CPC 40: Instr.Financeiros- Evidenciação  IAS 39/CPC 38: Instr.Financeiros- Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis  IAS 8 CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que não entraram em vigor até a data da emissão das demonstrações da COCEL, estão descritas acima. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### 4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis:

##### 4.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

##### *Prestação de serviços*

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

##### *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### *Receita de construção*

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamentos Técnicos CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

#### *Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos*

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

### **4.2. Impostos**

#### *Imposto de renda e contribuição social – correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

#### *Imposto sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- ✓ Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

### **4.3. Subvenções governamentais**

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

### **4.4. Instrumentos financeiros**

#### *Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração*

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

#### *Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração*

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos.

#### **4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

#### **4.6. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **4.7. Contas a receber de clientes**

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

#### **4.8. Estoques**

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

#### **4.9. Ativo indenizável (Concessão)**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- ✓ Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- ✓ Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, essa a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2016, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.



Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

#### **4.10. Ativos intangíveis**

##### *Contratos de concessão*

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

##### *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

##### *Amortização*

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

#### **4.11. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.*

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **4.12. Resultado por quota**

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

#### **4.13. Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados





em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### 4.14. Demonstração de Resultados Abrangentes

A COCEL não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

#### 4.15 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

### 5. Notas Explicativas

#### ATIVO CIRCULANTE

##### 5.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2020	2019
Caixa	5	5
Contas bancárias a vista	4.850	1.864
Numerários em trânsito	511	887
<b>Total</b>	<b>5.366</b>	<b>2.756</b>

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

##### 5.2. Aplicações Financeiras

O ano de 2020 encerrou sem saldo de aplicações financeiras em dezembro/2020.

##### 5.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2020	2019
Fornecimento faturado	12.977	10.809
Fornecimento não faturado	5.850	5.820
Outras cobranças de consumidores	1.451	716
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(905)	(936)
<b>Total</b>	<b>19.373</b>	<b>16.409</b>

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:



	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
<b>Consumidores</b>	<b>2020</b>				<b>2019</b>
Residencial	3.080	2.508	502	6.090	5.561
Industrial	2.304	531	215	3.050	1.701
Comercial	1.646	435	133	2.214	2.032
Rural	152	74	11	237	201
Poder Público	188	14	1	203	207
Iluminação Pública	555	-	-	555	507
Serviço Público	393	12	-	405	322
Serviço taxado e outras	80	250	46	376	468
Renegociação/Parcelamentos	581	324	212	1.117	286
Não faturado	5.850	-	-	5.850	5.820
Participação Financeira	135	-	-	135	192
Governo do Paraná – Luz Fraterna	46	-	-	46	48
<b>Sub total</b>	<b>15.010</b>	<b>4.148</b>	<b>1.120</b>	<b>20.278</b>	<b>17.345</b>
( - ) Crédito líq. duvidosa	-	-	(905)	(905)	(936)
<b>Total Consumidores</b>	<b>15.010</b>	<b>4.148</b>	<b>215</b>	<b>19.373</b>	<b>16.409</b>

	2020	2019
Consumidores Livres/Especiais a receber	87	638
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>638</b>

#### 5.4. Serviços em Curso

Representados pelos custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo intangível ou para custo dos serviços prestado a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços – ODS.

	2020	2019
Serviços em redes elétricas	166	37
Programas de Eficiência Energética	89	61
Programas de Pesquisa & Desenvolvimento	-	-
Manutenção de Iluminação Pública	491	-
Outras ordens em curso	7	-
<b>Total</b>	<b>753</b>	<b>98</b>

#### 5.5 Tributos compensáveis

	2020	2019
ICMS a compensar Curto Prazo	267	229
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	31
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	-	9
Outros	3	5
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>274</b>

#### 5.6. Almojarifado operacional

Corresponde aos materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.651, (R\$ 1.818 em 31 de dezembro de 2019), e não excedem ao valor de mercado.

#### 5.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 59.

#### 5.8. Ativos Regulatórios

Correspondem às variações positivas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

- **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; e
- **Devoluções tarifárias Angra III:** Valor referente resposta ao Ofício Circular nº 17/2017-SGT/ANEEL relativo ao ajuste de faturamento decorrente da RTE Angra III.

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 10/12/2014, a Cocal aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

	2020	2019
CVA - Custo de Aquisição de Energia (constituição e amortização)	7.661	4.139
CVA - PROINFA (constituição e amortização)	-	110
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	196	2.354
Transporte de Energia Rede Básica	307	250
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	350	151
Encargos de Serv.de Sistemas – ESS/ERR	532	
Neutralidade Parcela “A” (constituição e amortização)	285	126
Sobrecontratação de Energia	65	
Diferimentos de Reposição Tarifária	6.385	-
<b>Total</b>	<b>15.781</b>	<b>7.130</b>

#### 5.9. Outros Ativos Circulantes

	2020	2019
Créditos a receber – empregados	71	163
Títulos de créditos a receber – Parcelamentos manuais:		
- Consumidores Industriais/Comerciais e Outras	722	791
Serviços prestados a terceiros	1	4
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Subsidio Água, Esgoto, Saneamento e Rural	79	93
- Subsidio Carga Fonte Incentivada – CL	407	418
Subsídios Baixa Renda - Eletrobrás	208	149
Outros ativos a receber	197	501
<b>Total</b>	<b>1.685</b>	<b>2.119</b>

#### ATIVO NÃO CIRCULANTE

##### 5.10. Tributos compensáveis

	2020	2019
ICMS a compensar	370	250
<b>Total</b>	<b>370</b>	<b>250</b>

##### 5.11. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

### 5.12. Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Referem-se à parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	2020	2019
Ativo financeiro	1.574	1.574
<b>Total</b>	<b>1.574</b>	<b>1.574</b>

### 5.13. Intangível

	2020			2019
	Intangível	Ativo financeiro	Líquido	Líquido
Intangível	59	(2)	57	72
Terrenos	1.220	(1.220)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.	667	-	667	702
Máquinas e Equipamentos	50.656	(352)	50.304	49.315
Veículos	2.693	-	2.693	1.755
Móveis e Utensílios	232	-	232	223
( - ) Obrigações especiais Vinculadas a Concessão	(6.152)	-	(6.152)	(6.163)
	<b>49.375</b>	<b>(1.574)</b>	<b>47.801</b>	<b>45.904</b>
<b>Intangível em Curso</b>	4.131	-	4.131	3.188
	<b>53.506</b>	<b>(1.574)</b>	<b>51.932</b>	<b>49.092</b>

A agência reguladora, ANEEL, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrada no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

#### Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

	2020	2019
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	685	683
- Participação financeira do consumidor	5.228	4.907
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
- Pesquisa e Desenvolvimento	572	572
( - ) Amortização Acumulada	(3.454)	(3.104)
- Em Curso	751	735
<b>Total</b>	<b>6.152</b>	<b>6.163</b>

### 5.14. Taxas de Depreciação



De acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registradas e controladas por Unidade de Cadastro - UC e que passaram a ser aplicadas a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

#### 5.15. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição (inclusive comercialização) são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

### PASSIVO CIRCULANTE

#### 5.16. Fornecedores

	2020	2019
Energia Comprada p/ Revenda	9.064	6.068
Encargos de Uso da Rede Elétrica	32	26
Materials, Serviços e Outros	1.135	607
<b>Total</b>	<b>10.231</b>	<b>6.701</b>

#### 5.17. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2020		2019	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Eletróbrás	-	-	102	-
Caixa Econômica Federal	-	-	750	-
<b>Total</b>	-	-	<b>852</b>	-

Taxa de Juros de 5% ao ano, "Pro Rate Temporis" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência. Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido. Efetuado empréstimo em 27/10/2017 no valor de R\$ 2.700 - a serem pagos em 36 parcelas. Tipo de operação: CDI – Pós.

#### 5.18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2020	2019
Saldo de Salários a Pagar	-	-
Provisão de férias	1.445	1.466
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	290	183
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	41	24
Participações nos lucros	606	963
<b>Total</b>	<b>2.382</b>	<b>2.636</b>

**5.19. Tributos**

	2020	2019
Tributos Federais	1.311	473
Tributos Estaduais	4.252	3.121
Contribuições Sociais	264	329
Tributos retidos na fonte	8	1
<b>Total</b>	<b>5.835</b>	<b>3.924</b>

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade e está sujeita as alíquotas de 7,60% e 1,65%

**5.20. Provisão para litígios**

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, e análise das demandas judiciais, constitui provisões para 2020 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2020		2019	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	-	-	185	-
Cíveis	98	-	38	-
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>-</b>	<b>223</b>	<b>-</b>

**Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:**

**Cíveis:** A Companhia possui 53 processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 263.

**Trabalhistas:** Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reequadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 105.

**5.21. Encargos Setoriais**

	2020	2019
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	30	39
Ministério das Minas e Energia – MME	15	19
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.480	1.243
Programa de Eficiência Energética – PEE	4.046	3.605
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	100	189
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-
Taxa de Fiscalização	9	9
Conta ACR – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	-
Bandeiras tarifárias	-	-
Demais encargos setoriais	-	3
<b>Total</b>	<b>5.680</b>	<b>5.107</b>

**5.22. Passivos regulatórios**

Correspondem às variações negativas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

	2020	2019
CVA - Custo de Aquisição de Energia (constituição e amortização)	1	-
CVA - PROINFA (constituição e amortização)	-	-
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	312	16
Neutralidade Parcela A	40	407
Encargos de Serviços do Sistema – ESS/ERR	-	278
Financeiro de reversão – RTE – DIC/FIC	-	54
Diferimentos de Reposição Tarifária	6.459	-

Reversão Risco Hidrológico	2.032	
<b>Total</b>	<b>8.844</b>	<b>755</b>

### 5.23. Outros passivos circulantes

	2020	2019
Consumidores	137	102
Taxa de Iluminação Pública	858	865
Taxa do Lixo	193	192
Outros credores	97	96
<b>Total</b>	<b>1.285</b>	<b>1.255</b>

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 5.24. Capital Social

	2020	2019
Prefeitura Municipal de Campo Largo	49.805	49.805
Demais Acionistas	195	195
<b>Total</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2020	2019
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
<b>Total</b>	<b>500.000.000</b>	<b>500.000.000</b>

### 5.25. Destinações do Lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2020	2019
Resultado do exercício	2.755	4.410
( - ) Reserva legal 5%	(138)	(221)
Resultado a distribuir	<b>2.617</b>	<b>4.190</b>
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	(1.000)	(1.500)
Reserva estatutária para investimento	(1.617)	(2.690)
	<b>(2.617)</b>	<b>(4.190)</b>

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.500, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual. Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

### 5.26. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:



Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	27/04/2020 a 26/04/2021	1.000
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2020 a 05/04/2021	3.000
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2020 a 05/04/2021	200
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	24/06/2020 a 23/06/2021	V. Mercado
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	11/12/2020 a 31/12/2022	1.481

### 5.27. Instrumentos Financeiros

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não manteve operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira. Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

- **Disponibilidades e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.
- **Consumidores, Concessionários e Permissionários:** O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.
- **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: a) Risco de crédito: são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente; b) Concentração de risco de créditos: como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

### 5.28. RECEITA OPERACIONAL

- **Fornecimento de Energia Elétrica e outros**



Classes	Nº consumidores (valores não auditados)		Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor – R\$ (mil)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Fornecimento faturado</b>						
Residencial	47.821	45.708	88.375	83.342	71.840	73.385
Industrial	383	391	41.917	40.515	27.530	28.927
Comercial	3.457	3.359	35.832	39.552	27.528	32.351
Rural	1.763	1.750	6.792	6.666	3.917	3.798
Poder Público	310	210	2.847	3.302	2.178	2.728
Iluminação Pública	1	1	12.026	12.022	5.706	6.140
Serviço Público	63	65	6.601	6.391	3.792	4.011
Consumo Próprio	3	3	118	123	-	-
<b>Total Energia faturada</b>	<b>53.801</b>	<b>51.487</b>	<b>194.508</b>	<b>191.913</b>	<b>142.491</b>	<b>151.340</b>
Não faturado	-	-	-	-	30	295
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum. Livres (nota 1)	15	14	125.890	125.914	33.237	27.844
Receita de Construção	-	-	-	-	6.402	4.721
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serv. Concedido	-	-	-	-	7.406	7.034
Outras Receitas	-	-	-	-	7.408	6.286
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	4.813	(2.940)
<b>Soma</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>125.890</b>	<b>125.914</b>	<b>59.296</b>	<b>43.240</b>
<b>TOTAL</b>	<b>53.816</b>	<b>51.501</b>	<b>320.398</b>	<b>317.827</b>	<b>201.787</b>	<b>194.580</b>

- Receita de Construção e Custo de Construção**

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

**Nota 1:** Desde o ano de 2016, quinze consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 kV pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores. O valor demonstrado no quadro acima de 125.914 MWh refere-se ao consumo dos Consumidores Livres junto a outras distribuidoras e/ou geradoras por eles contratados.

- Ativos e Passivos Regulatórios**

	2020	2019
CVA Ativa e Passiva		
- Em constituição	10.233	2.573
- Em Amortização	(5.420)	(5.513)
<b>Total</b>	<b>4.813</b>	<b>(2.940)</b>

Ativos e Passivos regulatórios – valores de Compensação da Variação dos Custos da Parcela “A” – CVA – Valores contabilizados em contrapartida com as contas citadas nos itens 5.8 e 5.22.

- Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido**

	2020	2019
Subsídios Baixa Renda	1.447	761
Subsídios s/descontos nas tarifas do Serviço Público/Rural	1.020	1.354
Subsídios Carga fonte incentivada – consumidor livre	4.939	4.919
<b>Total</b>	<b>7.406</b>	<b>7.034</b>

Subsídios tarifários – Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica, inclusive subsídios de baixa renda, que são repassados pela Eletrobrás.

- **Outras Receitas**

	2020	2019
Renda Prestação de Serviços – Compartilhamento de infraestrutura	2.858	2.732
Serviço Taxado	374	824
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	3.615	2.870
Ganhos na Alienação de bens e direitos	311	6
Arrecadação de convênios	138	202
Outros	729	196
( - ) Tributos s/outras Receitas – PIS/Pasep/Cofins	(617)	(544)
<b>Total</b>	<b>7.408</b>	<b>6.286</b>

## 5.29. Deduções da Receita Operacional

- **Encargos Setoriais - Encargos do consumidor**

	2020	2019
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	16.690	14.215
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE - ACR	-	4.411
Bandeiras tarifárias	84	(580)
Taxa de fiscalização	109	108
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	505	461
Programa de Eficiência Energética - PEE	505	461
Outros encargos	944	2
<b>Total</b>	<b>18.837</b>	<b>19.078</b>

- **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética**

	2020	2019
Programa de Eficiência Energética – PEE	405	370
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	101	92
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	202	184
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	202	184
Ministério de Minas e Energia - MME	101	92
<b>Total</b>	<b>1.011</b>	<b>922</b>

Os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE) são programas de investimentos nos quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentações nas Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008.

- **PROCEL**

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991. A Resolução Normativa ANEEL nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL. Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do terceiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

**5.30. Custos com energia elétrica comprada para revenda**

	Em MWh (valores não auditados)		em R\$ (mil)	
	2020	2019	2020	2019
Compra de Energia – Leilão	216.667	202.877	55.466	49.280
Encargos do Uso da Rede Elétrica			22.561	19.250
PROINFA			2.365	2.854
Bolha financeira – Resolução 243/06			-	-
Micro geração – baixa tensão	589	178	290	101
Crédito COFINS / PASEP/PIS			(7.463)	(6.613)
<b>Total</b>	<b>217.256</b>	<b>203.055</b>	<b>73.219</b>	<b>64.872</b>

**5.31. Despesas Operacionais – Custos gerenciáveis**

Naturezas	2020	2019
Pessoal	14.999	14.940
Administradores	1.696	1.642
Material	2.956	2.585
Serviço de terceiros	6.406	5.528
Arrendamento e alugueis	248	254
Seguros	109	114
Doações, contribuições e subvenções.	13	152
Provisões	(156)	224
( - ) Recuperação de despesas	(145)	(130)
Tributos	42	86
Depreciação/Amortização	3.126	2.890
Custo com construção	6.402	4.721
Gastos diversos	890	817
	<b>36.586</b>	<b>33.823</b>

**6. Participação nos Resultados.**

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2020, no valor de R\$ 621, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

**7. Ajuste a Valor Presente**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

**8. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade**

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente às atividades de distribuição de energia elétrica, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o Município de Campo Largo e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

**9. Eventos Subsequentes**

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Amarela para os meses de janeiro a março de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país.



Campo Largo, 31 de dezembro de 2020.



**José Arlindo Lemos Chemin**

Diretor Presidente



**Carlos Conrado Krzyzanovski**

Diretor Técnico



**Pedro Luiz Durigan**

Diretor Econômico/Financeiro



**Nelson Chagas**

Diretor Administrativo



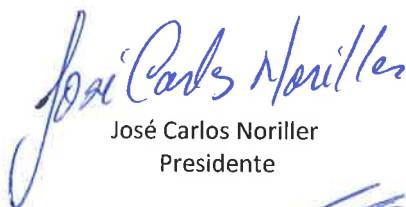
**Luciano Marcos Klos**

Contador CRC/PR 027.658/O-8

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- Cotel, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2020, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 28 de abril de 2021.



José Carlos Noriller  
Presidente




Adenilson Ribeiro Dos Santos  
Conselheiro



Leonir Batista Ferraz  
Conselheiro



Adinan Cardoso  
Conselheiro



Barbara Lunardon  
Conselheira

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – Cotel, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 28 de abril de 2021.



Fledinei Borges Licheski  
Presidente



Marina Pusch de Oliveira  
Conselheira



Adão Natalino da Silva Junior  
Conselheiro



Paulo Henrique Bianco  
Conselheiro



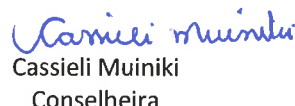
Anderson Citero  
Conselheiro



Gisleide Carloto Bieda Galarza  
Conselheira



Carlos Alberto de Brito Junior  
Conselheiro



Cassieli Muiniki  
Conselheira

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL  
Campo Largo - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia) em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente de causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior



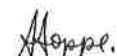
que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 01 de março de 2021.

TATICCA Auditores Independentes S.S  
CRC 2 SP-032267/O-1



Aderbal Alfonso Hoppe

Sócio

Contador CRC – 1SC020036/O-8-T-SP